

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Educação

Curso de Pedagogia

**A educação escolar oficializada de crianças,  
jovens e adultos  
(Rio Grande do Norte, 1930-1947)**

Lorena Andréa de Castro Melo

Lorena Andréa de Castro Melo

**A educação escolar oficializada de crianças,  
jovens e adultos**

**(Rio Grande do Norte, 1930–1947)**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Pedagogo.

Orientadora | Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marta Maria de Araújo

Catálogo da Publicação na Fonte.  
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Melo, Lorena Andréa de Castro.

A educação escolar oficializada de crianças, jovens e adultos (Rio Grande do Norte, 1930-1947) / Lorena Andréa de Castro Melo. - Natal, RN, 2015.  
67f.

Orientador (a): Profa. Dra. Marta Maria de Araújo.

Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Departamento de Educação.

1. Educação primária - Rio Grande do Norte, (1930-1947) - Monografia. 2. Políticas públicas - Educação primária - Monografia. 3. Modalidades de escolas - Monografia. I. Araújo, Marta Maria de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 373.3

Lorena Andréa de Castro Melo

**A educação escolar oficializada de crianças,  
jovens e adultos  
(Rio Grande do Norte, 1930–1947)**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como exigência para conclusão da graduação, aprovado pela seguinte comissão avaliadora.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marta Maria de Araújo (Orientadora)

---

Prof. Ms. Anderson Dantas da Silva Brito (Titular)

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Berenice Pinto Marques (Titular)

---

Prof. Israel Maria dos Santos Segundo (Suplente)

## Resumo

Getúlio Dornelles Vargas, ao se empossar na chefia do Governo Provisório, a 3 de novembro de 1930, anunciou, de imediato, um Programa de Reconstrução Nacional, para o qual a educação escolar, a saúde pública, a assistência social e a cultura apareciam como prioridades de políticas públicas. O trabalho, metodologicamente, é orientado para análise do corpus documental (legislação educacional, estatística escolar, mensagens dos interventores, quadro de municípios), pelas teorizações de Magalhães (1996), preferencialmente quanto ao entendimento de as políticas de escolarização primária terem como pressuposto uma lógica de mudança por oposição à permanência e à continuidade. O objetivo é refletir acerca das políticas de institucionalização de uma rede de escolas primárias de diversas modalidades (grupo escolar, escolas reunidas, escola isolada e escola rudimentar), criadas nas cidades, vilas, povoações, pequenos lugarejos, sítios e engenhos do Rio Grande do Norte, destinadas às crianças, jovens e adultos nos governos dos Interventores Federais neste Estado (1930-1947). A conclusão indica para a institucionalização de uma rede de escolas primárias públicas que tinha como contraponto a ampliação das oportunidades educacionais para uma população escolar sempre crescente nas áreas urbanas, suburbanas e rurais. Isso equivaleria, por um lado, à intenção de adaptação de crianças, jovens e adultos às mudanças sociais da vida coletiva, ainda, timidamente, pressentidas. Por outro lado, equivaleria àquele entendimento de Magalhães (1996) de que, subjacente às políticas públicas de educação primária, estariam sempre mudanças históricas mais amplas e, em constante, ampliação.

*Palavras-chave:* Política de educação primária. Modalidades de escolas. Rio Grande do Norte. Crianças, jovens e adultos.

## Sumário

<i>Introdução</i>	7
<i>Capítulo Um</i>	10
A educação primária da criança como prioridade	
<i>Capítulo Dois</i>	27
A educação primária da criança, do jovem e do adulto como prioridades	
<i>Conclusões</i>	59
<i>Referências</i>	66

## Introdução

No período do Governo Provisório (1930-1934) e do Governo Constitucional (1934-1937) de Getúlio Dornelles Vargas, o Rio Grande do Norte foi administrado por uma Junta Governista Militar Provisória e pelos Interventores Federais Irineu Joffili (1930-1931), Alúzio de Andrade Moura (1931), Herculino Cascardo (1931-1932), Bertino Dutra da Silva (1932-1933), Mário Leopoldo Pereira da Câmara (1933-1935) e Rafael Fernandes Gurjão (1935-1937).

No regime do Estado Novo (1937-1945), o Rio Grande do Norte foi então administrado pelos Interventores Federais Rafael Fernandes Gurjão (1937-1943), Antônio Fernandes Dantas (1943-1945) e José Georgino Alves Avelino de Souza (1945). No Governo Provisório do Presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares (1945-1946) além de parte do Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) o Rio Grande do Norte foi administrado pelos três últimos Interventores Federais Miguel Seabra Fagundes (1945-1946), Ubaldo Bezerra de Melo (1946-1947) e Orestes da Rocha Lima (1947). Nesse período de dezessete anos, a política pública de expansão da educação escolar primária teria sido fortemente encorajada com aprovação do Fundo Nacional do Ensino Primário (1942), do Convênio Nacional de Ensino Primário, celebrado entre a União e o Estado do Rio Grande do Norte (1942) e entre esse Estado e seus Municípios (1942), com a edificação, conversão, desdobramentos e transferência de escolas primárias de diversas modalidades.

Percebe-se, pela leitura da legislação educacional dessa época, que os Interventores Federais priorizavam, progressivamente, a expansão da educação escolar primária em cidades, povoados, pequenos lugarejos, sítios e engenhos e, nas modalidades de grupos escolares, escolas reunidas, escolas isoladas e escolas noturnas para adultos, em última instância, era oportunizada a ampliação das oportunidades educacionais relativamente para todos.

O objetivo do trabalho consiste em descrever e refletir acerca das políticas de institucionalização de uma rede de escolas primárias de diversas modalidades (grupo escolar, escolas reunidas, escola isolada e escola rudimentar), criadas nas cidades, vilas, povoações, pequenos lugarejos, sítios e engenhos do Rio Grande do Norte, destinadas às crianças, jovens e adultos nos governos dos Interventores Federais nesse Estado (1930-1947). Em outras palavras, o trabalho reflete acerca da institucionalização de uma rede de escolas primárias de diversas modalidades, resultante das políticas de expansão da educação escolar primária para crianças, jovens e adultos.

O trabalho está metodologicamente orientado pela análise do corpus documental (legislação educacional, exposição de interventores ao presidente Getúlio Vargas, estatística escolar) pelas teorizações de Magalhães (1996, p. 48), preferencialmente quanto ao entendimento de as políticas de escolarização primária e de alfabetização terem como pressuposto “[...] uma lógica de mudança por oposição à permanência/continuidade, pelo que por trás do fenômeno alfabetizador estariam sempre transformações históricas mais amplas e profundas”.

Este trabalho de monografia está estruturado em dois capítulos. O primeiro, intitulado, *A educação primária da criança como prioridade*, reflete a institucionalização de uma rede de escolas primárias nas modalidades grupo escolar, escolas reunidas, escola isolada e escola rudimentar nas áreas urbanas, suburbanas e rurais deste Estado, principalmente, destinada às crianças.

O segundo capítulo – *A educação da criança, do jovem e do adulto como prioridades* – aborda a institucionalização de uma rede de escolas primárias nas modalidades grupo escolar, escolas reunidas, escola isolada e escola rudimentar no governo dos seis últimos Interventores Federais no Rio Grande do Norte, destinadas às crianças, jovens e adultos.



Portanto, a história da institucionalização de uma rede de escolas primárias de modalidades diversas no período de 1930-1947, abrangendo todos os municípios do Estado, se confunde a história da institucionalização das políticas públicas de educação dos governos federais, estaduais e municipais, permeada de muitas outras histórias da educação escolar primária no Rio Grande do Norte e no Brasil.

## Capítulo Um

---

A educação primária da criança como prioridade

## *A educação primária da criança como prioridade*

No Rio Grande do Norte, no período do governo dos cinco primeiros Interventores Federais, para educar crianças, jovens e adultos, tornou-se iminente a edificação, conversão, desdobramentos e transferência de escolas primárias de modalidades diversas visando à ampliação das oportunidades educacionais para todos, com o desígnio primordial de preparar os brasileiros para a vida mutável. O presente capítulo objetiva refletir acerca da institucionalização de uma rede de escolas primárias nas modalidades grupo escolar, escolas reunidas, escola isolada e escola rudimentar nas áreas urbanas, suburbanas e rurais desse Estado, principalmente destinada às crianças.

### *Interventoria de Irineu Joffili*

O primeiro Interventor Federal no Rio Grande do Norte, Chefe da Segurança Pública da Paraíba, Irineu Joffili, governou por um mês e dezoito dias (3 out. 1930 a 21 nov. 1930) sem criar, absolutamente, nenhuma escola primária. O Diretor do Departamento de Educação, o professor de História Natural do Atheneu Norte-Riograndense, o médico Luiz Antonio Ferreira Souto dos Santos Lima, sistematizou, apenas a orientação oficial da média (não inferior a quatro) para aprovação nos exames finais do curso primário complementar e das escolas normais (Decreto nº 22, de 27 de dezembro de 1930). Assim, nenhum rito de equalização das oportunidades de educação escolar primária foi desencadeado.

### *Interventoria de Aluizio de Andrade Moura*

O segundo Interventor Federal no Rio Grande do Norte, o oficial do Exército e Comandante do Regimento Policial Militar no Estado, Aluizio de Andrade Moura governou por seis meses (28 jan. a 31 jul.

1931). O Diretor do Departamento de Educação, professor Severino Bezerra de Melo, se empenhou na criação de doze (12) escolas e na transferência de três (3) escolas primárias de modalidade rudimentar (sendo uma mista). As doze (12) escolas primárias criadas foram onze (11) povoações e uma (1) na capital Natal de dez (10) municípios. Nota-se que dois (2) municípios (São Gonçalo e Baixa Verde) contemplaram a edificação de duas (2) escolas. As três (3) escolas primárias transferidas foram duas (2) de uma (1) povoação para outra povoação e uma (1) de povoação para um (1) sítio de três (3) municípios (Quadro 1).

*Quadro 1*

Modalidade Escola Rudimentar (1931)

Nº	Ano	Município	Edificação de Escola Rudimentar		Transferência de Escola Rudimentar	
			Cidade	Povoação	Povoação para Povoação	Povoação para Sítio
1	1931	João Pessoa		João Dias		
2	1931	Macaíba		Cana Brava		
3	1931	São Gonçalo		Barreiros		
4	1931	São Gonçalo		Igreja Nova		
5	1931	Arez		Baldhum		
6	1931	Baixa Verde		Morrinho		
7	1931	Baixa Verde		Queimadas		
8	1931	Nova Cruz		Campo de São João		
9	1931	Jardim do Seridó		Sant'Ana		
10	1931	Macau		Independência		
11	1931	Natal	Natal			
12	1931	Caraúbas		São Bento		

Fonte | Legislação Educacional do Rio Grande do Norte (1931)

## Quadro 1

## Modalidade Escola Rudimentar (1931- continuação)

Nº	Ano	Município	Edificação de Escola Rudimentar		Transferência de Escola Rudimentar	
			Cidade	Povoação	Povoação para Povoação	Povoação para Sítio
13	1931	Acari			Talhado para Soledade	
14	1931	Taipú			Gameleira para Umari	
15	1931	Lages				Cardoso para Primavera

Fonte | Legislação Educacional do Rio Grande do Norte (1931)

Outrossim, no governo desse Interventor, uma (1) escola primária de modalidade rudimentar de uma (1) povoação foi desdobrada em duas (2) escolas da mesma modalidade, sendo uma para cada sexo. Outra escola rudimentar da capital foi desdobrada em duas (2) escolas: uma para cada sexo. Para expandir, minimamente, a escolarização primária, o Interventor Aluízio de Andrade Moura autorizou a subvenção de cinco (5) escolas primárias particulares e associativas da capital Natal.

#### *Interventoria de Herculino Cascardo*

O terceiro Interventor Federal, o Capitão-Tenente da Marinha Herculino Cascardo, governou por dez meses (31 jul. 1931 a 2 jun. 1932), que diferentemente do Interventor Aluízio de Andrade Moura, não criou nenhuma escola primária pública, tampouco subvencionou escolas primárias particulares.

No cumprimento do Decreto Federal nº 20.529, de 16 de outubro 1931– criado o Serviço Nacional de Intercâmbio Bibliográfico – estabelecendo o Serviço de Intercâmbio Bibliográfico, o Estado Rio Grande do Norte assumiu a obrigação do envio de cinquenta

exemplares das publicações oficiais e autorais à Biblioteca Nacional e à Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, vinculada ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Tais publicações destinavam-se “[...] à permuta com idênticas publicações do Governo Federal, dos Estados e dos países estrangeiros [...]”, bem como à Biblioteca Pública do Estado e à Diretoria de Estatística (DECRETO Nº 168, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1931, p. 72).

Para essa articulação nacional do governo federal com os governos estaduais, o Diretor do Departamento de Educação, professor Amphiloquio Carlos Soares da Câmara participou, no Ministério da Educação e Saúde Pública, da assinatura do Convênio Nacional celebrado, em 20 de dezembro de 1931, entre a União, Estados, Distrito Federal e o Território do Acre, destinado a organizar e uniformizar as estatísticas educacionais (TEXTO DO CONVÊNIO, 1931; 2003).

#### *Interventoria de Bertino Dutra da Silva*

O quarto Interventor Federal, o Capitão-Tenente da Marinha e Comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros de Natal, Bertino Dutra da Silva, governou por doze meses (11 de jun. 1932 a 6 de jun. 1933). Na direção do Departamento de Educação, o professor Severino Bezerra de Melo cumpriu a determinação de edificar quatro (4) escolas primárias de modalidade rudimentar em três (3) povoações e em uma (1) cidade: sendo uma (1) mista e outra masculina de quatro (4) municípios. Ainda, transferiu, uma (1) escola dessa modalidade rudimentar de uma (1) povoação para uma (1) cidade de um (1) município (Quadro 2).

## Quadro 2

## Modalidade Escola Rudimentar (1933)

Nº	Ano	Município	Edificação de Escola Rudimentar		Transferência de Escola Rudimentar
			Cidade	Povoações	Povoação para Cidade
1	1933	Ceará Mirim		Cruzeiro	
2	1933	Santana do Matos		Sacramento	
3	1933	Angicos		São Romão	
4	1933	Areia Branca	Areia Branca		
5	1933	Mossoró			Alagoinha para Mossoró

Fonte | Legislação Educacional do Rio Grande do Norte (1933)

Por sua vez, uma (1) escola rudimentar de uma povoação foi desdobrada em duas (2): uma (1) para meninos e outra para meninas. Converteu uma (1) escola rudimentar mista de uma (1) povoação em uma (1) escola feminina. Para expandir a escolarização primária, o Interventor Bertino Dutra da Silva autorizou subvencionar quarenta e seis (46) escolas particulares em oito (8) cidades, sendo uma (1) em vila, uma (1) em serra e uma (1) em praia de dezesseis (16) municípios.

No Rio Grande do Norte, havia, então, uma carência de escolas noturnas para o segmento de adultos. Quando da fixação dos vencimentos do pessoal de Educação (Decreto nº 556, de 23 de dezembro de 1933) divulgou-se a abertura de escolas noturnas de Ensino Supletivo no Batalhão da Polícia Militar (350 \$, o salário mensal do professor), bem como no Batalhão Federal (350 \$, o salário mensal do professor) e na Casa de Detenção de Natal (250 \$, o salário mensal do professor), destinados aos militares não alfabetizados.

Na transição da interventoria de Bertino Dutra para a de Mário Leopoldo Camara, o Departamento de Educação (dirigido por Amphiloquio Carlos Soares Camara) e a Diretoria Geral de Estatística (secretariada por Aderbal França) divulgaram, no Diário Oficial do Rio Grande do Norte (publicado no Jornal "A República", de 1933), quadros

demonstrativos do movimento da educação primária pública (por modalidade de escola) e particular relativo ao ano de 1931, cumprimento daquele Convênio Nacional, celebrado em 20 de dezembro de 1931.

Assim, os primeiros quadros demonstrativos do movimento da educação primária pública e particular correspondem, em parte, a interventoria de Aluízio de Andrade Moura, e, em parte, a interventoria de Herculino Cascado. O Quadro seguinte (Quadro 3) foi elaborado com o respaldo das estatísticas educacionais, referentes às modalidade de escolas públicas (grupos escolares, escolas reunidas, escolas rudimentares e escolas municipais) e às escolas particulares, e, ainda, com base no número das classes de aula (feminina, masculina e mista), matrícula e de frequência de alunas e alunos, além do número de professoras e professores.

### Quadro 3

#### Movimento da Educação Primária Pública e Particular (1931)

Modalidades de Escolas	Classes de aula			Matrícula		Frequência		Professores	
	Fem.	Masc.	Mista	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Prof <sup>a</sup>	Prof <sup>o</sup>
Grupos Escolares (21)	34	42	46	2.624	2.275	2.163	1.797	91	21
Escolas Reunidas (21)	19	23	8	1.093	939	957	773	37	7
Escolas Rudimentares (155)	–	–	–	4.548	3.207	3.951	2.606	121	34
Escolas Municipais (65)	–	–	–	1.739	1.411	1.406	1.155	44	22
Escolas Particulares (201)	–	–	–	4.563	4.454	3.894	3.696	161	52
Total (463)	–			–		–		–	
Total	172			26.853		22.398		590	

Fonte | Diário Oficial do Rio Grande do Norte (1933)



Por esse quadro demonstrativo, os vinte e um (21) grupos escolares com cento e vinte e duas (122) classes de aulas, o total de alunas e alunos matriculados era de quatro mil oitocentos e noventa e nove (4.899), a frequência de três mil novecentos e sessenta (3.960), professoras e professores de cento e vinte e dois (122).

Nas vinte e uma (21) escolas reunidas com cinquenta (50) classes, o total de alunas e alunos matriculados era de dois mil e trinta e dois (2.032), a frequência de mil setecentos e trinta (1.730) e professoras e professores quarenta e quatro (44).

Nas cento e cinquenta e cinco (155) escolas rudimentares com o total de sete mil, setecentos e cinquenta e cinco (7.755) alunas e alunos matriculados, a frequência de seis mil quinhentos e cinquenta e sete (6.557) e professoras e professores cento e cinquenta e cinco (155).

Nas sessenta e cinco (65) classificadas como escolas primárias municipais, o número de alunas e alunos matriculados era de três mil cento e cinquenta (3.150), a frequência de dois mil quinhentos e sessenta e um (2.561) e professoras e professores sessenta e seis (66).

Por sua vez, nas duzentas e uma (201) escolas particulares subvencionadas e não subvencionadas, o total de alunas e alunos matriculados era de nove mil e dezessete (9.017), a frequência de sete mil quinhentos e noventa (7.590) e professoras e professores de duzentos e treze (213).

No cômputo geral, o número de classes era de cento e setenta e duas (172), o número de estudantes matriculados era de vinte e seis mil oitocentos e cinquenta e três (26.853); a frequência de vinte e dois mil trezentos e noventa e oito (22.398); professoras e professores contratados de quinhentos e noventa (590) nos quatrocentos e sessenta e três (463) escolas primárias públicas e particulares.

Por sua vez, a Diretoria Geral de Estatísticas divulgou quadros demonstrativos dos quarenta e um (41) municípios do Rio Grande do Norte em correspondência com o número de escolas primárias por

aquelas modalidades (grupos escolares, escolas reunidas, escolas rudimentares e escolas municipais) e escolas particulares (Quadro 4).

Quadro 4  
Movimento da Educação Primária (1931)

Nº	Município	Modalidade de Escolas				
		Grupo Escolar	Escolas Reunidas	Escola Rudimentar	Escola Municipal	Escola Particular
1	Acari	-	1	3	4	2
2	Angicos	1	-	5	9	2
3	Apodi	-	1	3	2	5
4	Areia Branca	-	1	2	1	16
5	Arês	-	1	3	-	-
6	Assú	1	-	4	-	3
7	Augusto Severo	-	1	2	-	4
8	Baixa Verde	1	-	6	-	-
9	Caicó	1	-	5	2	7
10	Canguaretama	1	-	5	-	2
11	Caraúbas	1	-	2	-	8
12	Ceará-Mirim	1	-	6	4	2
13	Currais Novos	1	-	3	1	3
14	Flôres	-	1	1	-	-
15	Goianinha	1	-	5	2	-
16	Jardim do Seridó	1	-	3	-	-
17	João Pessoa	-	1	1	2	3
18	Lages	1	-	4	-	5
19	Luiz Gomes	-	1	1	-	-
20	Macaíba	1	-	5	4	5
21	Macau	1	-	5	13	3
22	Martins	1	-	3	-	4
23	Mossoró	1	-	7	-	25
24	Natal	2	-	9	3	32
25	Nova Cruz	1	-	3	-	3
26	Papari	-	1	5	-	-
27	Parelhas	1	-	1	3	2
28	Patú	-	1	2	-	8
29	Pau dos Ferros	-	1	2	-	2
30	Pedro Velho	1	-	3	-	7
31	Porto Alegre	-	1	3	-	7
32	Santana do Matos	-	1	4	7	11
33	Santa Cruz	-	1	4	-	4
34	Santo Antônio	-	1	5	-	2
35	São Gonçalo	-	1	10	1	2
36	São José de Mipibú	1	1	6	1	6

Fonte | Diário Oficial do Rio Grande do Norte (1933)

## Quadro 4

## Movimento da Educação Primária (1931– continuação)

Nº	Município	Modalidade de Escolas				
		Grupo Escolar	Escolas Reunidas	Escola Rudimentar	Escola Municipal	Escola Particular
37	São Miguel de Paud dos Ferros	-	-	2	-	3
38	Serra Negra	-	1	2	-	-
39	São Tomé	-	1	2	2	4
40	Taipú	-	1	2	-	5
41	Touros	-	1	6	4	4
Total (308)		21	21	155	65	201

Fonte | Diário Oficial do Rio Grande do Norte (1933)

Nos quarenta e um (41) municípios do Rio Grande do Norte, em dezenove (19) deles, havia uma escola de modalidade grupo escolar, possivelmente na sede dos municípios. A capital Natal possuía (2) escolas dessa modalidade. Nos quarenta e um (41) municípios, vinte e um (21) tinham uma escola de modalidade reunidas que poderiam tanto ser na sede do município quanto em alguma vila.

Todos os quarenta e um (41) municípios possuíam escolas de modalidade rudimentar, que poderiam ser em vilas, povoados, pequenos lugarejos e sítios ou na sede do município. No município de São Gonçalo, era onde havia mais escolas dessa modalidade, contabilizado dez (10) escolas.

Dos quarenta e um (41) municípios do Estado, dezessete (17) dispunham de escolas municipais, possivelmente nas sedes dos municípios. O município de Macau tinha treze (13) escolas dessa modalidade. Prover a equalização das oportunidades educacionais significou, para o governo desse interventor, expandir escolas primárias de modalidade rudimentar.

#### *Interventoria de Mário Leopoldo Pereira Câmara*

O quinto Interventor Federal, funcionário público de carreira do Ministério da Fazenda, então oficial de gabinete do Presidente da

República, o norte-rio-grandense Mário Leopoldo Pereira Câmara governou por dois anos e dois meses (2 ago. 1933 a 27 out. 1935). Na sua interventoria, o Diretor do Departamento de Educação, professor Amphiloquio Carlos Soares Camara, traçou um plano de desenvolvimento de Educação Popular, com a intenção de ampliar as escolas primárias de modalidades grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas tendo em vista a Campanha Pró-Edificações Escolares em regime de cooperação do Estado com as Prefeituras Municipais. Antes, os quarenta e um (41) municípios clamavam por mais e melhores escolas primárias e com instalações arejadas.

Nos anos de 1934 e 1935, devido à Campanha Pró-Edificações Escolares foram edificadas nove (9) prédios de grupos escolares: em quatro (4) cidades, duas (2) vilas e duas (2) povoações de oito (8) municípios. Na capital Natal, dois (2) grupos escolares foram edificadas (Quadro 5).

#### Quadro 5

##### Modalidade Grupo Escolar (1934-1935)

Nº	Ano	Município	Edificação de Grupo Escolar		
			Cidade	Vila	Povoação
1	1934	João Pessoa		João Pessoa	
2	1934	Apodi			Carnaúba
3	1935	Natal	Natal		
4	1935	Natal	Natal		
5	1935	Caicó		São Miguel de Jucurutu	
6	1935	Acarí			Cruzeta
7	1935	Santa Cruz	Santa Cruz		
8	1935	Caraúbas	Caraúbas		
9	1935	Areia Branca	Areia Branca		

Fonte | Exposição Apresentada ao Exmo Sr. Dr. Getulio Vargas (1935)

Na amplitude da Campanha Pró-Edificações Escolares, conjugada com a Campanha de Combate ao Analfabetismo, pela observância de equalização das oportunidades públicas no tocante à educação escolar primária de crianças, de jovens e de adultos, o

Interventor Mário Câmara determinou a construção de mais vinte e um (21) prédios de escolas de modalidade reunidas em três (3) cidades e dezoito (18) povoações de dezessete (17) municípios. Percebe-se que uma (1) cidade (Mossoró) contemplou a construção de duas (2) escolas, enquanto dois (2) municípios (Caicó e Macau) receberam duas (2) escolas reunidas (Quadro 6).

Quadro 6

Modalidade Escolas Reunidas (1934-1935)

Nº	Ano	Município	Edificação de Escola Reunida	
			Cidade	Povoação
1	1934	Nova Cruz		Campestre
2	1934	Augusto Severo		Paraú
3	1934	Apodi		Malhada Vermelha
4	1934	Ceará-Mirim		Extremoz
5	1934	Macau		Independência
6	1934	Mossoró	Mossoró	
7	1934	Mossoró	Mossoró	
8	1934	Angicos		Epitácio Pessoa
9	1935	Santana do Matos		Sacramento
10	1935	São Tomé		Barcelona
11	1935	Natal	Natal	
12	1935	Caicó		Jardim de Piranhas
13	1935	Flores		São Vicente
14	1935	Macau	Macau	
15	1935	Pedro Velho		Montanhas
16	1935	Martins		Boa Esperança
17	1935	Patú		Almino Afonso
18	1935	Pau dos Ferros		Vitória
19	1935	Caicó		Timbaúba
20	1935	Augusto Severo		Upanema
21	1935	Santana do Matos		São Rafael
22	1935	Assú		Santa Luzia

Fonte | Exposição Apresentada ao Exmo Sr. Dr. Getulio Varga (1935)

Nesses anos de 1934 e 1935, em face da Campanha Pró-Edificação Escolares conjugada com a Campanha de Combate ao Analfabetismo Escolar, o professor Amphilóquio Carlos Soares Câmara dedicou-se por determinação do interventor Mário Câmara na edificação de vinte e três (23) escolas de modalidade isoladas: em quinze (15) povoações, cinco (5) pequenos lugarejos, dois (2) sítios, um

(1) engenho de quatorze (14) municípios. Há, alguns municípios, com edificações de mais de uma escola isolada: um (1) com quatro (4) escolas (Caraúbas), outros dois (2) com três (3) escolas (Macaíba e Assu), além de mais dois (2), com duas (2) escolas (Macau e Ceará-Mirim) (Quadro 7).

### Quadro 7

#### Modalidade Escola Isolada (1934-1935)

Nº	Ano	Município	Edificação de Escolas Isoladas		
			Povoação	Pequeno Lugarejo	Sítio   Engenho
1	1934	Caraúbas		Língua de Vaca	
2	1934	Caraúbas	Bela Vista		
3	1934	Macaíba	São Pedro		
4	1934	Macaíba			Engenho Riacho da Cruz
5	1934	Assú		Macacos	
6	1934	Pedro Velho	Ingá		
7	1934	Macau	Estreito		
8	1934	Macau		Alto do Rodrigues	
9	1934	Goianinha	Varzea		
10	1934	Papari	Currais		
11	1935	Lages	Pedra Preta		
12	1935	Assú		Camboeiro	
13	1935	São José de Mipibu	Boa Saúde		
14	1935	Ceará Mirim			Sítio Alabama
15	1935	Ceará Mirim	Capim		
16	1935	Santo Antonio	Lagoa de Pedra		
17	1935	Luiz Gomes	José da Penha		
18	1935	Caraúbas			Sítio Marrecos
19	1935	Alexandria	João Dias		
20	1935	Assú		Rio dos Cavalos	
21	1935	Angicos		Canto Grande	
22	1935	Santana do Matos	Curral Novo		
23	1935	Macaíba	Uruassú		

Fonte | Exposição Apresentada ao Exmo Sr Dr. Getulio Vargas (1935)

Na Campanha do Pró-Edificação Escolares, pelo menos, duas (2) escolas reunidas foram convertidas em grupos escolares em duas (2) vilas. Pelo menos, dois (2) prédios dessa modalidade grupo escolar foram reconstruídos e acrescidos de mais classes e de pavilhões para aulas de educação física em duas (2) cidades. Ademais, doze (12) escolas de modalidade rudimentar foram convertidas em escolas de modalidade reunidas em duas (2) cidade e em dez (10) povoações de onze (11) municípios.

Por sua vez, a Campanha Pró-Edificação Escolares, conjuntamente com a Campanha de Combate ao Analfabetismo, permitiu ao Diretor do Departamento de Educação, professor Amphiloquio Camara, autorizar a transferência de onze (11) escolas de modalidade isoladas: dez (10) de povoação para povoação e uma (1) de cidade para povoação de oito (8) municípios. Igualmente, havia municípios com a transferência de mais de uma escola isolada: um (1) com três (3) escolas (Macau) e outro com duas (2) escolas (Touros e Mossoró) (Quadro 8).

#### Quadro 8

##### Modalidade Escola Isolada (1934-1935)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada	
			Povoação para Povoação	Cidade para Povoação
1	1934	Touros	Cajueiro para Perobas	
2	1934	São José de Mipibú para Papari	Fontes (M. São José de Mipibú) para Oitizeiro (M. Papari)	
3	1934	Areia Branca	Grosso) para Miramar	
4	1934	Macau	Porto do Roçado para Mangue Seco	
5	1934	São Tomé	Quixaba para Rui Barbosa	
6	1934	Parelhas	Varzantes para Várzea de Barro	
7	1935	Mossoró	Vista Alegre para Sant' Anna	

Fonte | Exposição Apresentada ao Exmo Sr. Dr. Getulio Vargas (1935)

## Quadro 8

## Modalidade Escola Isolada (1934-1935 – continuação)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada	
			Povoação para Povoação	Cidade para Povoação
8	1935	Mossoró		Santa Inês (bairro de Mossoró) para Chafariz
9	1935	Macau	Boa Vista para Ilha de São Francisco	
10	1935	Macau	Porcinhos para Amargoso	
11	1935	Touros	Perobas para Carnaubinha	

Fonte | Exposição Apresentada ao Exmo Sr. Dr. Getulio Vargas (1935)

É evidente que a população, moradora de periferia de cidades, povoados e sítios, clamava por escolas para seus filhos e para si. Visando amenizar os conflitos interclasses, quatro (4) classes diurnas (para crianças), três (3) classes noturnas (para adultos) foram instaladas no interior de escolas primárias existentes.

No último ano da Interventora de Mario Leopoldo Pereira Câmara (1935), o número de escolas primárias correspondia a duzentos e setenta (270) localizadas em quarenta e um (41) municípios. As escolas de modalidade grupo escolar totalizavam trinta e duas (32) instituições com cento e quarenta e três (143) classes de aulas diurnas; vinte e sete (27) classes de ensino complementar e vinte e uma (21) classes noturnas para adultos.

Na modalidade grupo escolar, os professores correspondiam a cento e sessenta e nove (169) para, mais ou menos, sete mil oitocentos e dezoito (7.818) alunos matriculados; sendo quatro mil quatrocentos e trinta e oito (4.438) meninas e três mil trezentos e oitenta (3.380) meninos. A frequência era de seis mil e quatrocentos (6.400); sendo três mil setecentos e trinta (3.730) meninas e dois mil seiscentos e setenta (2.670) meninos.



Na modalidade escolas reunidas em número de quarenta e duas (42) instituições de ensino havia oitenta e cinco (85) classes de aulas. Os professores correspondiam a oitenta e três (83) para três mil seiscentos e oitenta (3.680) alunos matriculados; sendo dois mil duzentos e dois (2.202) meninas e um mil quatrocentos e setenta e oito (1.478) meninos. A frequência era de dois mil novecentos e quarenta e dois (2.942); sendo mil setecentos e oitenta e seis (1.786) meninas e mil cento e cinquenta e seis (1.156) meninos.

Na modalidade escola isolada com cento e noventa e seis (196) estabelecimentos de ensino, vinte e nove (29) eram particularmente destinadas a operários e seus filhos nos turnos diurnos e noturnos que, em regra, funcionavam nas sedes de associações de classes operárias. O total de cento e noventa e quatro (194) professores ministravam aulas para nove mil seiscentos e setenta e três (9.673) alunos matriculados tanto nos estabelecimentos públicos quanto nas sedes das associações de classe dos operários. A frequência de um e outro era de sete mil seiscentos e cinquenta e sete (7.657) alunos.

Nessa modalidade escola isolada, a matrícula, nos estabelecimentos públicos de ensino, correspondia a oito mil duzentos e oitenta e cinco (8.285) alunos; sendo quatro mil novecentos e noventa e cinco (4.995) meninas e três mil duzentos e noventa (3.290) meninos. A frequência era de seis mil quinhentos e quarenta e três (6.543) estudantes; quatro mil (4.000) meninas e dois mil quinhentos e quarenta e três (2.543) meninos.

Por sua vez, nas sedes das associações de classes dos operários, a matrícula nessa modalidade equivalia a mil trezentos e oitenta e oito (1.388) crianças, jovens e adultos; sendo quatrocentos e noventa e dois (492) do sexo feminino e oitocentos e noventa e seis (896) do sexo masculino. A frequência era de mil cento e quatorze (1.114) estudantes; quatrocentos (400) do sexo feminino e setecentos e quatorze (714) do sexo masculino.

Nas escolas particulares, o total de cento e sessenta e três (163) estabelecimentos de ensino, cento e trinta e quatro (134), pelo menos, estavam subvencionadas pelo Estado. Pela classificação do Departamento de Educação, apenas seis (6) escolas particulares recebiam uma subvenção fixa, por seus fins educativos e sociais. Nas demais escolas particulares, o valor da subvenção variava de acordo com as respectivas matrículas e frequências.

Nas escolas particulares subvencionadas, o total de matriculados era de oito mil trezentos e noventa e seis (8.396), sendo quatro mil trezentos e noventa (4.390) meninas e quatro mil e seis (4.006) meninos. A frequência escolar era de sete mil cento e quinze (7.115), sendo três mil setecentos e trinta e uma (3.731) meninas e três mil trezentos e oitenta e quatro (3.384) meninos.

Nesses anos de interventoria de Mário Leopoldo Pereira Câmara, o número de professoras e professores que exercia o magistério nos grupos escolares, escolas reunidas, escolas isolada era quatrocentos e quarenta e seis (446) docentes; sendo trezentos e setenta e três (373) do sexo feminino e setenta e três (73) do sexo masculino. Os professores que exerciam o magistério nas escolas particulares era cento e oitenta e oito (188); cento e cinquenta e cinco (155) do sexo feminino e trinta e três (33) do sexo masculino. O total de professoras e professores do magistério primário era seiscentos e trinta e quatro (634) docentes. A educação como direito de todos e dever do Estado representou, para o governo desse interventor, a edificação de escolas primárias de modalidade grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas em cidades e povoações, principalmente.

## Capítulo Dois

---

A educação primária da criança, do jovem e do adulto como prioridades

## *A educação primária da criança, do jovem e do adulto como prioridades*

A educação escolar primária para as crianças, os jovens e os adultos punha-se, cada vez mais, como um dos deveres candentes dos poderes públicos. Havia como óbice daquele Brasil de economia de base agrícola uma crise da assistência educacional. Muito poucas eram atingidas ou atraídas pelo sistema escolar ou se o faziam encontravam na deficiência de instalações adequadas ao impedimento à matrícula. Tudo isso estava imediatamente a exigir – políticas públicas de educação primária, capazes de atender com eficiência o “déficit escolar”. O presente capítulo objetiva refletir acerca da institucionalização de uma rede de escolas primárias nas modalidades grupo escolar, escolas reunidas, escola isolada e escola rudimentar no governo dos seis últimos Interventores Federais no Rio Grande do Norte, destinadas para crianças, jovens e adultos.

### *Governo de Rafael Fernandes Gurjão*

No dia 14 de outubro de 1934, o médico clínico, industrial e político norte-rio-grandense Rafael Fernandes Gurjão foi eleito Governador Constitucional pela Assembleia Constituinte Estadual, mas devido à decisão judicial, somente foi empossado a 29 de outubro de 1935, sendo, portanto, Governador Constitucional de 29 de outubro de 1935 a 23 de novembro de 1937.

Um pouco mais de um mês governando o Rio Grande do Norte, eclodiu, na noite do dia 23 de novembro de 1935, a Insurreição Comunista ou Levante Comunista – no interior do 21º Batalhão de Caçadores de Natal, liderado por militares do Partido Comunista (sargentos Quintino Clementino de Barros e Eliziel Henrique Diniz; o cabo Giocondo Alves Dias e o soldado Raimundo Francisco de Lima). Nessa

mesma noite, tiveram a colaboração de civis (estivador João Francisco Gregório, o motorista Epifânio Guilhermino e sua esposa Leonila Felix).

No dia seguinte (24 de novembro) – pelo trabalho de Costa (1995) – os sargentos Quintino Clementino de Barros e Eliziel Henrique Diniz reuniram-se com a direção local do Partido Comunista, e decidiram pela instalação de um Governo Popular Revolucionário, formado por uma junta composta de cinco membros da direção do Partido (Quintino Clementino de Barros, Secretário da Defesa; Lauro Lago, Secretário do Interior e Justiça; José Macedo, Secretário de Finanças; João Galvão, Secretário de Viação e José Praxedes, Secretário de Aproveitamento).

Nesse mesmo dia (24 de novembro), na Praça do Mercado em frente ao 21º Batalhão de Caçadores, o Secretário de Aproveitamento, o sapateiro José Praxedes procedeu à leitura da “proclamação do Governo Popular Revolucionário” para a população ali presente. O primeiro documento da junta é um decreto assinado no dia 25 de novembro pelo “Comitê Revolucionário”, destituindo o governo de Rafael Fernandes e dissolvendo a Assembleia Legislativa.

O dia 30 de novembro de 1935 é, portanto, a data da “derrota” da Insurreição Comunista e do malogro do Governo Popular Revolucionário. Muitos de seus líderes foram presos, torturados e condenados à prisão, mesmo à revelia.

No dia 24 de novembro de 1937, o presidente Getúlio Vargas nomeava o governador Rafael Fernandes como sexto Interventor Federal no Rio Grande do Norte, administrando o Estado por cinco anos (24 nov. 1937 a 3 jul. 1943). Antes, no dia 10 de novembro de 1937, o presidente Getúlio Vargas instaurava o “Estado Novo”, revogava a Constituição de 1934 e, ainda, outorgava a Constituição do Estado Novo.

O plano educacional do governo de Rafael Fernandes para a educação primária concebido no ano de 1935 pelo cônego Amâncio

Ramalho Cavalcanti e efetivado de 1936 a 1938 – quando permaneceu como Diretor do Departamento de Educação – preconizou em efetuar o prosseguimento a expansão da educação primária de crianças, jovens e adultos de diferentes lugares, pelas modalidades de escolas normatizadas.

No ano de 1936, o governo de Rafael Fernandes autorizou a subvenção de dezoito (18) escolas particulares em quatro (4) cidades, cinco (5) povoações, um (1) pequeno lugarejo e oito (8) sítios em treze (13) municípios. Nesse mesmo ano, três (3) escolas de modalidade isolada foram transferidas de três (3) povoações para três (3) povoações de três (3) municípios. Uma escola de modalidade isolada rudimentar foi transferida de um (1) engenho para um (1) sítio de um (1) município. Houve um (1) município com a transferência de duas (2) escolas (Quadro 9).

#### Quadro 9

##### Modalidade Escola Isolada (1936)

##### Modalidade Escola Isolada Rudimentar (1936)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada	
			Povoação para Povoação	Engenho para Sítio
1	1936	Taipú	Umari para Pitombeira	
2	1936	Taipú	Pousa para Barreto	
3	1936	Papari para São Gonçalo	Porto para Riachuelo	
4	1936	Ceará-Mirim		Engenho Várzea de Dentro para União

Fontes | Legislação Educacional (1936), Camara (1944) e Cascudo (1968)

Em 1937, o governo Rafael Fernandes autorizava a criação de cinquenta e quatro (54) escolas isoladas em uma (1) vila, dezenove (19) povoações, dezesseis (16) pequenos lugarejos, dezesseis (16) sítios e um (1) engenho em vinte e oito (28) municípios. Alguns municípios foram edificadas com mais de uma escola isolada: dois (2) com cinco (5)

escolas, três (3) com três (3) escolas e dez (10) com duas escolas (Quadro 10).

Quadro 10

Modalidade Escola Isolada (1937)

Nº	Ano	Município	Edificação de Escola Isolada			
			Vila	Povoação	Pequeno Lugarejo	Sítio Engenho
1	1937	Santana do Matos	São Rafael			
2	1937	Jardim do Seridó		Ouro Branco		
3	1937	Jardim do Seridó		São José do Seridó		
4	1937	Ceará-Mirim				Engenho Timbó de Dentro
5	1937	Lages				Sítio Vereda do Meio
6	1937	Taipú			Belo Horizonte	
7	1937	Goianinha			Manimbú	
8	1937	Nova Cruz				
9	1937	Nova Cruz		Lagoa Dantas		
10	1937	Nova Cruz		Japi		
11	1937	Acari		Bulhões		
12	1937	Martins		Serrinha dos Pintos		
13	1937	Martins			Retiro	
14	1937	Porto Alegre		Tesoura		
15	1937	Porto Alegre				Sítio Cajazeira
16	1937	São Miguel do Pau dos Ferros				Sítio Jardim
17	1937	Jardim do Seridó			Quintos	
18	1937	Patú		Várzea da Catinga		
19	1937	Patú			João Pereira	
20	1937	Taipú		Gameleira		

Fontes | Legislação Educacional (1937), Camara (1944) e Cascudo (1968)

## Quadro 10

## Modalidade Escola Isolada (1937 – continuação)

Nº	Ano	Município	Edificação de Escola Isolada			
			Vila	Povoação	Pequeno Lugarejo	Sítio Engenho
21	1937	Pau dos Ferros		Riacho de Santana		
22	1937	Pau dos Ferros			Gangorra	
23	1937	Currais Novos				Sítio Cipó
24	1937	Currais Novos				Sítio Tororó
25	1937	Currais Novos			Baixa Grande	
26	1937	Currais Novos		Mulungú		
27	1937	Currais Novos				Sítio Tapuia
28	1937	Angicos			Canto Grande	
29	1937	Caicó				Sítio Palma
30	1937	Serra Negra			Morada Nova	
31	1937	Flores			Garganta	
32	1937	Flores				Sítio Barrocas
33	1937	Parelhas			Algodão	
35	1937	Parelhas		Boa Vista		
36	1937	Jardim do Seridó				Sítio Sombrio
37	1937	Jardim do Seridó				Sítio Variação
38	1937	São Tomé				Sítio Quixaba
39	1937	São Miguel de Jucurutu		Boi Selado		
40	1937	São Miguel de Jucurutu			Riacho de Santana	
41	1937	Augusto Severo				Sítio Cachoeira
42	1937	Augusto Severo		Caiana		
43	1937	Augusto Severo				Sítio Poré
44	1937	Assú				(sítio) Boa Vista

Fontes | Legislação Educacional (1937), Camara (1944) e Cascudo (1968)



Quadro 10

## Modalidade Escola Isolada (1937 – continuação)

Nº	Ano	Município	Edificação de Escola Isolada			
			Vila	Povoação	Pequeno Lugarejo	Sítio Engenho
45	1937	Papari		Camurupim		
46	1937	Mossoró			Saco Bonito	
47	1937	Mossoró			Barrinha do Rio do Carmo	
48	1937	Apodi				Sítio Nova
49	1937	Apodi				Sítio Boa Vista
50	1937	Martins			Melancias	
51	1937	Alexandria			Mata de São Braz	
52	1937	Alexandria		Boa Vista		
53	1937	Luiz Gomes		Baixios		
54	1937	Luiz Gomes		Caiçara		

Fontes | Legislação Educacional (1937), Câmara (1944) e Cascudo (1968)

Em 1937, igualmente, autorizou a criação de dez (10) escolas de modalidade isolada rudimentar em quatro (4) povoações, três (3) pequenos lugares e dois (2) sítios em oito (8) municípios; duas (2) escolas isoladas foram edificadas em um (1) mesmo município (Quadro 11).

Quadro 11

## Modalidade Escola Isolada Rudimentar (1937)

Nº	Ano	Município	Edificação de Escola Isolada Rudimentar		
			Povoação	Pequeno Lugarejo	Sítio
1	1937	Acari			
2	1937	Carnaúbas		Gangahyra	
3	1937	Carnaúbas			Espalha
4	1937	Ceará-Mirim	Estivas de Cima		

Fontes | Legislação Educacional (1937), Câmara (1944) e Cascudo (1968)

Quadro 11

## Modalidade Escola Isolada Rudimentar (1937 – continuação)

Nº	Ano	Município	Edificação de Escola Isolada Rudimentar		
			Povoação	Pequeno Lugarejo	Sítio
5	1937	Santana do Matos			Caco
6	1937	São Miguel de Pau dos Ferros		Limites*	
7	1937	São Gonçalo	Poço da Pedra		
8	1937	Assú		Cumbé	
9	1937	Assú	Oficinas		
10	1937	Caicó	Mundo Novo		

Fontes | Legislação Educacional (1937), Câmara (1944) e Cascudo (1968)

\* Limites (pequeno lugarejo), possivelmente

Por conseguinte, nove (9) escolas isoladas de modalidade rudimentar foram transferidas de quatro (4) povoações para quatro (4) povoações, uma (1) de pequeno lugarejo para uma (1) povoação, uma (1) de pequeno lugarejo para um (1) sítio e duas (2) de sítios para outros dois (2) sítios em sete (7) municípios; duas (2) escolas isoladas de modalidade rudimentar foram transferidas para um (1) município (Quadro 12).

Quadro 12

## Modalidade Escola Isolada Rudimentar (1937)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada Rudimentar			
			Povoação para Povoação	Pequeno Lugarejo para Povoação	Pequeno Lugarejo para Sítio	Sítio para Sítio
2	1937	Touros	Carnaubinha para Cajueiro			
3	1937	Taipú	Inhandú para Pousa			
4	1937	Alexandria		Figueiredo para Pilões		

Fontes | Legislação Educacional (1937), Câmara (1944) e Cascudo (1968)

## Quadro 12

## Modalidade Escola Isolada Rudimentar (1937 – continuação)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada Rudimentar			
			Povoação para Povoação	Pequeno Lugarejo para Povoação	Pequeno Lugarejo para Sítio	Sítio para Sítio
5	1937	Papari	Alcaçuz para Timbó			
6	1937	Luiz Gomes				Caiçara Gomes para Aroeira
7	1937	Flores			Garganta para Cauassú	
8	1937	Flores				Barrocas para Caiçara
9	1937	Ceará-Mirim	Estivas de Cima para São Miguel			

Fontes | Legislação Educacional (1937), Câmara (1944) e Cascudo (1968)

Ainda em 1937, seis (6) escolas primárias de modalidades não especificadas foram transferidas de uma (1) povoação para um (1) pequeno lugarejo, um (1) pequeno lugarejo para uma (1) povoação, um (1) sítio para uma (1) povoação e de um (1) sítio para um (1) pequeno lugarejo, duas (2) de sítio para sítio em cinco (5) municípios; duas (2) escolas primárias foram transferidas para um (1) mesmo município (Quadro 13).

## Quadro 13

Escola Primária de Modalidade de Escola Primária não  
Especificada (1937)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Primária				
			Povoação para Pequeno Lugarejo	Pequeno Lugarejo para Povoação	Sítio para Povoação	Sítio para Pequeno Lugarejo	Sítio para Sítio
1	1937	Serra Negra para Currais Novos	Mulungu para Riacho do Meio				
2	1937	Serra Negra para Currais Novos			Tororó para Lagoa Nova		
3	1937	Serra Negra					Juazeiro Grande para Malhada da Cruz
4	1937	Currais Novos para Caicó				Tapuia para Retiro	
5	1937	Angicos					Canto Grande para Farias
6	1937	Pau dos Ferros		Gangorra para Varzinha			

Fontes | Legislação Educacional (1937), Câmara (1944) e Cascudo (1968)

Em face das demandas escolares pela população adulta, duas (2) escolas noturnas foram criadas anexas às escolas reunidas e uma (1) a um (1) grupo escolar de três (3) cidades em três (3) municípios. Nessa intenção, houve autorização de subvencionar vinte e uma (21) escolas de cinco (5) cidades; uma (1) povoação, três (3) pequenos lugarejos e quatro (4) sítios em doze (12) municípios.

No último ano da gestão do cônego Amâncio Ramalho Cavalcanti no Departamento de Educação – 1938 – duas (2) escolas

isoladas foram criadas em (1) vila e uma (1) povoação em dois (2) municípios.

Ainda na modalidade de escola isolada, onze (11) escolas foram transferidas de três (3) povoação para povoação, quatro (4) de povoação para sítio, uma (1) de sítio para povoação, uma (1) de sítio para pequeno lugarejo, uma (1) de povoação para pequeno lugarejo e uma (1) de pequeno lugarejo para pequeno lugarejo em dez (10) municípios. Ademais, em alguns municípios, houve a transferência de mais de uma escola isolada; um (1) com três (3) escolas e outros dois (2) com duas (2) escolas (Quadro 14).

Quadro 14

Modalidade Escola Isolada (1938)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada				
			Povoação para Povoação	Povoação para Sítio	Povoação para Pequeno Lugarejo	Sítio para Pequeno Lugarejo	Pequeno Lugarejo para Pequeno Lugarejo
1	1938	Pau dos Ferros		Varzinha para Vaca Morta			
2	1938	Angicos				Farias para Santa Cruz	
3	1938	Mossoró		Praia Camurupim para Riachinho			
4	1938	Alexandria para Currais Novos		Pilões para Macambira			
5	1938	Alexandria	Poltrões Mortos* para Credo*				
6	1938	Alexandria			Boa Vista para Panati		

Fontes | Legislação Educacional (1938), Câmara (1944) e Cascudo (1968)

\*Poltrões Mortos (povoação) para \*Credo (povoação), possivelmente

## Quadro 14

## Modalidade Escola Isolada (1938 – continuação)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada				
			Povoação para Povoação	Povoação ou Praia para Sítio	Povoação para Pequeno Lugarejo	Sítio para Povoação	Pequeno Lugarejo para Pequeno Lugarejo
7	1938	Lages					Alagoinha para Morada Nova
8	1938	Oiticicas para Santo Antonio				Oiticicas para Santo Antonio	
9	1938	Alexandria para Papari	São Braz para Alcacuz				
10	1938	Macaíba para Touros	Mangabeira para Tábua				
11	1938	Martins		Serrinha dos Pintos para Cruz de Alma			

Fontes | Legislação Educacional (1938), Câmara (1944) e Cascudo (1968)

O governo Rafael Fernandes, empenhado no cumprimento de seu plano de ampliação das oportunidades escolares, autorizou a abertura de uma (1) escola de modalidade reunida em uma (1) cidade de (1) município. Pelo menos, cinco (5) escolas reunidas foram convertidas isoladas em uma (1) cidade, uma (1) vila e duas (2) povoações em quatro (4) municípios. Por sua vez, cento e trinta e cinco (135) escolas particulares receberam subvenção em vinte (20) cidades (10) povoações e quinze (15) sítios de trinta e um (31) municípios.

No início do ano letivo de 1939, o Interventor Rafael Fernandes empossou o professor Antônio Gomes da Rocha Fagundes como Diretor do Departamento de Educação devido à renúncia do cônego Amâncio Ramalho Cavalcanti. Autor de livros escolares, o professor Antônio Fagundes era então professor de Português e Francês da Escola

Normal de Natal e Presidente da Associação de Professores do Rio Grande do Norte (1936-1939).

Na Direção do Departamento de Educação – 1939 a 1943 – o professor Antônio Fagundes com reduzidas alterações levou adiante o plano educacional de Rafael Fernandes de expandir a educação escolar primária para crianças, jovens e adultos concebido pelo cônego Amâncio Ramalho Cavalcante.

Assim, no ano de 1939, foram edificadas quatorze (14) escolas primárias de modalidade isolada em cinco (5) povoações, quatro (4) em pequenos lugarejos, três (3) em sítios e duas em engenhos de onze (11) municípios; três (3) escolas foram construídas em um (1) município e outro com duas (2) escolas isoladas(Quadro 15).

#### Quadro 15

##### Modalidade Escola Isolada (1939)

Nº	Ano	Município	Edificação de Escola Isolada		
			Povoação	Pequeno Lugarejo	Sítio   Engenho
1	1939	Ceará-Mirim	Praia de Pitangui		
2	1939	Pau dos Ferros		João Gomes	
3	1939	Alexandria	Araci		
4	1939	Lages			Sítio Ponta da Serra
5	1939	São Tomé	Sítio Novo		
6	1939	Macaíba	Mangabeira		
7	1939	Ceará-Mirim			Engenho Divisão
8	1939	Currais Novos		Boa Vista	
9	1939	São José de Mipibu	Mendes		
10	1939	Ceará-Mirim			Engenho Ilha Bela
11	1939	Augusto Severo		Maxixe	
12	1939	São Tomé			Sítio Iguatú
13	1939	Taipú		Cravo	
14	1939	Angicos			Sítio São Miguel

Fontes | Legislação Educacional (1939), Câmara (1944) e Cascudo (1968)

Em face das oportunidades escolares, doze (12) escolas de modalidade isolada foram transferidas, três (3) de povoação para povoação, uma (1) de pequeno lugarejo para povoação, duas (2) de pequeno lugarejo para pequeno lugarejo, duas (2) de sítio para sítio, duas (2) de sítio para pequeno lugarejo e duas (2) de pequeno lugarejo para sítio em dez (10) municípios. Por sua vez, duas (2) escolas isoladas foram transferidas para sítios de um (1) mesmo município (São Miguel) (Quadro 16).

Quadro - 16

Modalidade Escola Isolada (1939)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada				
			Povoação para Povoação	Pequeno Lugarejo para Povoação	Pequeno Lugarejo para Pequeno Lugarejo	Sítio para Sítio ou Pequeno Lugarejo	Pequeno Lugarejo para Sítio
1	1939	Mossoró			Boa Vista para Baixinha		
2	1939	Pau dos Ferros					Riacho de Santana para Cachoeirinha
3	1939	Martins	Retiro para Serrinha do Major				
4	1939	São Miguel					Quintos para Cachoeirinha
5	1939	São Miguel				Famoso para Riachão	
6	1939	Macau			Amargoso para Várzea Cercada		

Fontes | Legislação Educacional (1939), Câmara (1944) e Cascudo (1968)



## Quadro 16

## Modalidade Escola Isolada (1939 – continuação)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada				
			Povoação para Povoação	Pequeno Lugarejo para Povoação	Pequeno Lugarejo para Pequeno Lugarejo	Sítio para Sítio ou Pequeno Lugarejo	Pequeno Lugarejo para Sítio
7	1939	Mossoró para Martins				Riacho de Camurupim para Canudos	
8	1939	Angicos				Sítio Canto Grande para Cacimba de Cima	
9	1939	Pau dos Ferros				Vaca Morta para Orós*	
10	1939	Areia Branca para Canguaretama		Caís Souza Nogueira para Lagoa de São João			
11	1939	Patú	Gameleira para Patú de Fora				
12	1939	Patú para Caicó	Várzea da Caatinga para São Fernando				

Fontes | Legislação Educacional (1939), Câmara (1944) e Cascudo (1968)

\*Orós (pequeno lugarejo), possivelmente

Nesse ano (1939), o Diretor do Departamento de Educação Antônio Fagundes, trabalhando pela ampliação das oportunidades educacionais, instalou mais duas (2) escolas noturnas para jovens e adultos anexas a dois (2) grupos escolares em duas (2) cidades de dois (2) municípios. Outros dois (2) grupos escolares foram desdobrados em dois (2) para duas (2) cidades de dois (2) municípios. Por sua vez, o interventor Federal Rafael Fernandes autorizou a subvenção de cinquenta e nove (59) escolas primárias em quinze (15) municípios.

Em 1940, o governador Rafael Fernandes autorizava a transferência de dez (10) escolas primárias na modalidade isolada: uma (1) de vila para sítio, uma (1) povoação para cidade, uma (1) de cidade, quatro (4) de povoação para povoação e duas (2) de pequeno lugarejo para povoação em dez (10) municípios (Quadro 17).

Quadro 17

Modalidade Escola Isolada (1940)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada			
			Vila para Sítio	Povoação ou Sítio para Cidade	Povoação para Povoação	Pequeno Lugarejo para Povoação
1	1940	Santa Cruz para Angicos	Campo Redondo para São Miguel			
2	1940	Caicó			São Fernando para Larginhas	
3	1940	Pau dos Ferros				João Gomes para Larginhas
4	1940	Arês			Surubaja para Camocim	
5	1940	Mossoró		Sítio Lagoa de Mato para Mossoró		
6	1940	Assú		Oficinas para Cidade de Assú		
7	1940	São Tomé			Quixaba* para Lagoa de Velhos*	
8	1940	Arês			Camocim para Baldim	
9	1940	Macau				Taboleiro Alto para Salinópolis
10	1940	Areia Branca			Ponta do Mel para Areias Alvas	

Fontes | Legislação Educacional (1937), Câmara (1944) e Cascudo (1968)

\* Quixaba (povoação) para \*Lagoa de Velhos (povoação), possivelmente

Nesse mesmo ano (1940), duas (2) escolas primárias de modalidade grupo escolar foram convertidas em escolas reunidas em

uma (1) cidade de um (1) município. Ademais, nove (9) escolas de modalidade isolada foram transferidas duas (2) de pequeno lugarejo para pequeno lugarejo, uma (1) de sítio para cidade, duas (2) de sítio para povoação, duas (2) de pequeno lugarejo para povoação, duas (2) de sítio para sítio em dez (10) municípios (Quadro 18).

Quadro 18

Modalidade Escola Isolada (1940)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada			
			Pequeno Lugarejo Para Pequeno Lugarejo	Sítio para Cidade	Sítio ou Pequeno Lugarejo para Povoação	Sítio para Sítio
1	1940	Macau para Patú			Mangue Seco para Várzea da Catinga	
2	1940	Mossoró	Alagoinha para Campo de Sementes São Rafael			
3	1940	Nova Cruz			Magalhães para Panelas	
4	1940	Serra Negra			Barra de São Pedro para Ipueira	
5	1940	Martins para Pau dos Ferros			Sítio Cruz das Almas* para Caricé*	
6	1940	Areia Branca		Areias Alvas para Gangorra		
7	1940	Acari				Pau Lagoa** para Riacho do Jardim**
8	1940	Caicó				Retiro para Amparo
9	1940	Pau dos Ferros	Poço de Pedra*** para Riacho de Santana***			

Fontes | Legislação Educacional (1937), Câmara (1944) e Cascudo (1968)

\* Cruz das Almas (sítio) para \*Caricé (pequeno lugarejo), possivelmente

\*\* Pau lagoa (sítio) para \*Riacho do Jardim (sítio), possivelmente

\*\*\*Poço de Pedra (pequeno Lugarejo) para Riacho de Santana (pequeno Lugarejo), possivelmente

No ano de 1941, em continuidade ao programa de ampliação das oportunidades educacionais, o governador Rafael Fernandes transferiu oito (8) escolas primárias de modalidade isolada, uma (1) de povoação para cidade, seis (6) de povoação e uma (1) de pequeno lugarejo para povoação em dez (10) municípios (Quadro 19).

### Quadro 19

#### Modalidade Escola Isolada (1941)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada		
			Povoação para Cidade	Povoação para Povoação	Pequeno Lugarejo para Povoação
1	1941	Assú		Canto do Mangue para Oficinas	
2	1941	São Tomé		Sítio Novo para Bom Descanso	
3	1941	Ceará-Mirim para Natal		Jacoca para Pajussara	
4	1941	Papari para São Gonçalo		Timbó para Lagoa Nova	
5	1941	Taipú para São Gonçalo		Pouso* para Polo Limpo*	
6	1941	Caraúbas para Touros			Espanha** para Baixinha
7	1941	Touros		Baixinho para Saco	
8	1941	Currais Novos	Mulungu para Currais Novos		

Fontes | Legislação Educacional (1941), Câmara (1944) e Cascudo (1968)

\* Pouso (povoação) para \*Polo Limpo (povoação), possivelmente

\*\* Espanha (pequeno lugarejo), possivelmente

No ano de 1941, outras dez (10) escolas de modalidade isolada também foram transferidas, duas (2) de pequeno lugarejo para cidade, uma (1) de sítio para cidade, uma (1) de sítio para pequeno lugarejo, duas (2) de sítio para sítio e uma (1) de sítio para engenho em doze (12) municípios (Quadro 20).

Quadro 20

Modalidade Escola Isolada (1941)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada			
			Pequeno Lugarejo para Cidade ou Vila	Sítio para Cidade	Sítio para Pequeno Lugarejo	Sítio ou Engenho para Sítio
1	1941	Augusto Severo para Santana do Matos				Caiana (sítio) para Pedra Branca
2	1941	Angicos para Santana do Matos				Cacimba de Cima (sítio) para Cabugi
3	1941	Santa Cruz	Ronda* para Campo Redondo (vila)			
4	1941	Caicó	Serrote** para Riacho Ferreiro (vila)**			
5	1941	Ceará-Mirim para São Gonçalo				Timbó de Dentro (engenho) para Boa Vista
6	1941	Pau dos Ferros para São José de Mipibu	Boa Vista para Cidade de São José de Mipibu			
7	1941	Martins para São José de Mipibu		Serrinha do Major para São José de Mipibu		

Fontes | Legislação Educacional (1941), Câmara (1944) e Cascudo (1968)

\*Ronda (pequeno lugarejo), possivelmente

\*\*Serrote (pequeno lugarejo) para Riacho Ferreiro (vila), possivelmente

\*\*\* Credo (sítio) possivelmente

## Quadro 20

## Modalidade Escola Isolada (1941 – continuação)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada			
			Pequeno Lugarejo para Cidade ou Vila	Sítio para Cidade	Sítio para Pequeno Lugarejo	Sítio ou Engenho para Sítio
8	1941	Alexandria para Arês				Credo (sítio)*** para Bananeira
9	1941	Alexandria			Macambira para Morada Nova	
10	1941	Currais Novos	Mulungu para Cidade de Currais Novos			

Fontes | Legislação Educacional (1941), Câmara (1944) e Cascudo (1968)

\*Ronda (pequeno lugarejo), possivelmente

\*\*Serrote (pequeno lugarejo) para Riacho Ferreiro (vila), possivelmente

\*\*\* Credo (sítio) possivelmente

Ademais, em 1941, o governo, preconizando a ampliação da escolarização primária, autorizou a criação de dois (2) grupos escolares de duas (2) classes complementares em duas (2) cidades de dois (2) municípios. Igualmente, em um (1) grupo escolar autorizou a criação de uma classe de ensino primário em uma (1) cidade de um (1) município.

No ano de 1942, o governo realizou a transferência de dezesseis (16) escolas primárias de modalidade isolada, duas (2) de cidade para povoação, seis (6) de povoação para povoação, quatro (4) de sítio para povoação, uma (1) de sítio para cidade, uma de povoação para alojamento em dezessete (17) municípios (Quadro 21).

## Quadro 21

## Modalidade Escola Isolada (1942)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada			
			Povoação ou para Cidade	Povoação para Povoação	Sítio para Cidade ou Povoação	Povoação para Alojamento
1	1942	Taipú para Ceará-Mirim		Gameleira para Primavera		
2	1942	Taipú para São José de Mipibu		Cravo* para Fontes*		
3	1942	São Miguel para Goianinha			Sítio São Miguel para Praia de Pipa	
4	1942	Porto Alegre para São José de Mipibu	Tesoura para São José			
5	1942	Augusto Severo para Santana do Matos		Caiana para Serra Branca		
6	1942	Mossoró			Sítio Pintos para Mossoró	
7	1942	Mossoró			Sítio Bela para Mossoró	
8	1942	Caicó			Sítio Sabugi** para Caridade**	
9	1942	Currais Novos				Lagoa Nova para Alojamento da Inspeção de Obras Contra as Secas

Fontes | Legislação Educacional (1942), Câmara (1944) e Cascudo (1968)

\*Cravo (povoação) para \*Fontes (povoação), possivelmente

\*\*Sabugi (sítio) para \*\*Caridade (povoação), possivelmente

## Quadro 21

## Modalidade Escola Isolada (1942 – continuação)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada			
			Povoação para Cidade	Povoação para Povoação	Sítio para Cidade ou Povoação	Povoação para Pequeno Lugarejo
10	1942	Currais Novos para Areia Branca		Lagoa Nova para Ponta do Mel		
11	1942	Flores para Santana do Matos				Caiçara para Mazagão
12	1942	São Miguel		Jardim para Serrinha		
13	1942	Assú		Cumbé*** para Poassa***		
14	1942	São José de Mipibu				
15	1942	Macau	Salinópolis para Macau			
16	1942	Luiz Gomes para Pau dos Ferros				

Fontes | Legislação Educacional (1942), Câmara (1944) e Cascudo (1968)

\*\*\* Cumbé (povoação) para \*\*\*Poassa (povoação), possivelmente

Nesse ano (1942), três (3) escolas primárias de modalidade isolada foram convertidas em escolas reunidas em três (3) cidades de três (3) municípios.

O governo, também, concedeu, em 1942, a subvenção a dez (10) escolas particulares primárias em duas (2) cidades de nove (9) municípios. No ano de 1943, outras dezessete (17) escolas particulares primárias em quatro (1) cidades de nove (9) municípios. Alguns municípios receberam, nesse ano, a subvenção de mais de uma escola particular, Natal com cinco (5) escolas, Mossoró com quatro (4) escolas, Ceará-Mirim e Lages com duas (2) escolas.



No último ano do governo do Interventor Rafael Fernandes (1943), nenhuma escola foi edificada, enquanto quatorze (14) escolas isoladas foram transferidas, três (3) de povoação para povoação em doze (12) municípios (Quadro 22).

Quadro 22

Modalidade Escola Isolada (1943)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada			
			Povoação para Cidade	Povoação ou Pequeno Lugarejo para Povoação	Povoação para Sítio	Pequeno Lugarejo para Engenho
1	1943	Lages			Ponta da Serra* para Pedra Vermelha*	
2	1943	Patú		Patú de Fora para Caiçara		
3	1943	Ceará-Mirim para Acari			Tubuão** para Canassú	
4	1943	Caicó para Natal		Larginha para Parnamirim		
5	1943	Patú		Junco para Paulo Afonso		
6	1943	São Tomé	Bom Descanso para Sítio Novo			
7	1943	São Miguel			Serrinha*** para Cidade	
8	1943	Touros para Ceará-Mirim				Petinga**** para Timbó de Dentro
9	1943	Arês		Baldum para Surubajá		
10	1943	Pau dos Ferros		Orós para Cacimbas		

Fontes | Legislação Educacional (1943), Câmara (1944) e Cascudo (1968)

\* Ponta da Serra (povoação) para Pedra Vermelha (povoação), possivelmente

\*\*Tubuão (povoação), possivelmente

\*\*\*Serrinha (sítio), possivelmente

\*\*\*\*Petinga (pequeno lugarejo), possivelmente

## Quadro 22

## Modalidade Escola Isolada (1943 – continuação)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada			
			Sítio para Povoação	Povoação para Povoação	Sítio para Sítio	Pequeno Lugarejo para Engenho
11	1943	Santana do Matos para Natal		Curral Novo para Pium		
12	1943	Porto Alegre			Taboleiro Grande para Cachoeirinha	
13	1943	Caico	Riacho Ferreiro***** para Terceira Morada*****			
14	1943	São Miguel			Cachoeirinha para Açude Morada	

Fontes | Legislação Educacional (1943), Câmara (1944) e Cascudo (1968)

\*\*\*\*\* Riacho Ferreiro (sítio) para \*\*\*\*\*Terceira Morada (povoação), possivelmente

Nesse último ano da interventoria de Rafael Fernandes (1943), foram criados dezesseis (16) cursos complementares; destes, cinco (5) eram em grupos escolares e os outros onze (11) em escolas reunidas. Além da criação de uma escola isolada noturna anexada a um grupo escolar na capital para ingressantes nos quadros da Marinha de Guerra. Trabalhando pela ampliação das oportunidades educacionais, o governo desse interventor expandiu as escolas primárias de modalidades isolada e isolada rudimentar em povoações, pequenos lugarejos, sítios e engenhos.

#### *Interventoria de Antônio Fernandes Dantas*

O sétimo Interventor Federal, o General de Brigada do Exército Brasileiro, o norte-rio-grandense Antônio Fernandes Dantas (Residente do Rio de Janeiro) governou por dois anos e um mês (3 jul. 1943 a 15

ago. 1945). Na interventoria de Antônio Fernandes Dantas, o professor Severino Bezerra de Melo, Diretor do Departamento de Educação, conduziu o plano educacional desse governo de maneira a fazer, minimamente, progredir a tríplice tendência da política escolar: transferência de escola primária, abertura de escola primária e conversão. De todo modo, o plano educacional desse governo privilegiou, principalmente, a transferência de escolas isoladas.

No ano de 1943, três (3) escolas primárias de modalidade isolada foram transferidas, uma (1) de vila para um (1) pequeno lugarejo, outra de um (1) sítio para uma (1) cidade e uma (1) de sítio para um (1) pequeno lugarejo, abrangendo cinco (5) municípios (Quadro 23).

### Quadro 23

#### Modalidade Escola Isolada (1943)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada		
			Vila para Pequeno Lugarejo	Sítio para Cidade	Sítio para Pequeno Lugarejo
1	1943	São Tomé para Santa Cruz			Iguatú para Boa Hora
2	1943	Augusto Severo para Caicó		Maxixe para Caicó	
3	1943	Alexandria	Panati para Saco do Frade		

Fonte | Legislação Educacional (1943) e Nestor Lima (1990)

O Diretor do Departamento de Educação Antônio Fernandes levou a efeito a edificação de duas (2) escolas isoladas em duas (2) cidades (Lagoa do Sal e Perobas) de um (1) município (Touros).

No ano de 1944, cinco (5) escolas de modalidade isolada foram transferidas, duas (2) de cidade para duas (2) cidades, duas (2) de povoação para duas (2) cidades, uma (1) de povoação para uma (1) povoação em sete (7) municípios (Quadro 24).

## Quadro 24

## Modalidade Escola Isolada (1944)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada		
			Cidade para Cidade	Povoação para Cidade	Povoação para Povoação
1	1944	Papari		Porto para Nísia Floresta	
2	1944	Itaratema	Itaratema para Itaratema		
3	1944	Touros para Ceará-Mirim			Rio do Fogo para Boa Esperança
4	1944	Areia Branca para Mossoró	Areia Branca para Mossoró		
5	1944	Mossoró		Primavera Chafariz para Mossoró	

Fonte | Legislação Educacional (1944) e Nestor Lima (1990)

Ainda nesse ano (1944), outras quatro (4) escolas primárias de modalidade isolada foram transferidas: duas (2) de povoação para dois (2) pequenos lugarejos, uma (1) de pequeno lugarejo para um (1) pequeno lugarejo, uma (1) de pequeno lugarejo para um (1) sítio em cinco (5) municípios (Quadro 25).

## Quadro 25

## Modalidade Escola Isolada (1944)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada		
			Povoação para Pequeno Lugarejo	Pequeno Lugarejo para Pequeno Lugarejo	Pequeno Lugarejo para Sítio
1	1944	São Tomé para Taipu	Lagoa de Velhos para Serra Pelada		

Fonte | Legislação Educacional (1944) e Nestor Lima (1990)

Quadro 25

## Modalidade Escola Isolada (1944 – continuação)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada		
			Povoação para Pequeno Lugarejo	Pequeno Lugarejo para Pequeno Lugarejo	Pequeno Lugarejo para Sítio
2	1944	Pau dos Ferros			Cacimbas para Juazeiro
3	1944	São José de Mipibú		Cobé de Cima para Comum	
4	1944	Macaíba	Gangorra para Marias	As	

Fonte | Legislação Educacional (1944) e Nestor Lima (1990)

Nessa modalidade de escola isolada, sete (7) foram transferidas, uma (1) de sítio para cidade, duas (2) de sítio para duas (2) povoações, três (3) de sítio para três (3) pequenos lugarejos e uma (1) de sítio para um (1) sítio em sete (7) municípios (Quadro 26).

Quadro 26

## Modalidade Escola Isolada (1944)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada			
			Sítio para Cidade	Sítio para Povoação	Sítio para Pequeno Lugarejo	Sítio para Sítio
1	1944	Caicó			Caridade para Cachoeirinha	
2	1944	Pau dos Ferros				Cachoeirinha para Gangorra
3	1944	Florânea			Canassú para Garganta	
4	1944	Mossoró	Baixa Grande para Mossoró			

Fonte | Legislação Educacional (1944) e Nestor Lima (1990)

## Quadro 26

## Modalidade Escola Isolada (1944 – continuação)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada			
			Sítio para Cidade	Sítio para Povoação	Sítio para Pequeno Lugarejo	Sítio para Sítio
5	1944	Caraúbas		Pitombeira para Boa Vista		
6	1944	Porto Alegre		Cachoeirinha para Taboleiro Grande		
7	1944	Pau dos Ferros			Joazeiro para União	

Fonte | Legislação Educacional (1944) e Nestor Lima (1990)

Por sua vez, uma (1) escola de modalidade reunidas foi transferida de uma (1) cidade em um (1) município; uma (1) escola de modalidade isolada foi convertida em escola reunidas e uma (1) escola de modalidade reunida foi convertida em grupo escolar em duas (2) cidades em dois municípios (Natal e Apodi).

No ano de 1945, quatro (4) escolas isoladas foram transferidas, uma (1) de povoação para um (1) pequeno lugarejo e três (3) de sítio para três sítios em quatro (4) municípios (Quadro 27).

## Quadro 27

## Modalidade Escola Isolada (1945)

Nº	Ano	Município	Transferência de Escola Isolada	
			Povoação para Pequeno Lugarejo	Sítio para Sítio
1	1945	Ceará-Mirim	Aningas para Barra do Gois	
2	1945	Apodi		Pereiro para Baixa Grande
3	1945	Jardim do Seridó		Cabeceiro para Fazenda três Irmãos
4	1945	Lages		Barra do Rio do Vento para Várzea dos Bois

Fonte | Legislação Educacional (1945) e Nestor Lima (1990)

Em seu último ano de governo, o general Antônio Fernandes Dantas autorizou a edificação um (1) grupo escolar em uma (1) povoação de um (1) município, e, ainda, converteu uma (1) escola reunidas em grupo escolar de uma (1) cidade em um (1) município.

Para fazer progredir a política escolar de ampliação das oportunidades educacionais, esse governo privilegiou, principalmente, a transferência de escolas isoladas, de cidade para cidade, de povoação para cidade, povoação para povoação, de povoação para pequeno lugarejo, de pequeno lugarejo para pequeno lugarejo, de pequeno lugarejo para sítio, de sítio para cidade, de sítio para povoação, de sítio para pequeno lugarejo e de sítio para sítio.

#### *Interventoria de José Georgino Alves de Souza Avelino*

O oitavo Interventor Federal, o norte-rio-grandese José Georgino Alves de Souza Avelino, governou o Estado, por, apenas, dois meses (15 ago. a 19 out. 1945), por haver sido eleito Senador à Assembleia Nacional Constituinte de 1946. O Secretário-Geral do Governo, Dioclécio Dantas Duarte, assumiu a Interventoria, administrando o Estado por menos de um mês (19 de out. a 7 de nov. 1945).

Na Interventoria de José Georgino Avelino e do Secretário-Geral do Governo, Dioclécio Dantas Duarte, o Departamento de Educação tinha, como Diretor, o professor Severino Bezerra de Melo e, apenas, uma (1) escola reunidas da cidade de Ares (sede do município) convertida em grupo escolar com um (1) curso complementar. Portanto, a política de expansão da educação primária para crianças, jovens e adultos, como indeclinável dever público sofreu descontinuidade.

### *Interventoria de Miguel Seabra Fagundes*

O nono Interventor Federal, norte-rio-grandense Miguel Seabra Fagundes governou o Estado, por apenas três meses (7 nov. 1945 a 13 fev. 1946), nomeado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Na sua exígua Interventoria, o desembargador Miguel Seabra Fagundes ordenou a criação de cinquenta (50) cursos para alfabetização de adultos, com funcionamento nos quarenta e dois (42) municípios do Estado (Decreto-Lei nº 522, de 4 de fevereiro de 1946).

Os cursos de alfabetização de adultos poderiam ser ministrados; i) por professor primário já pertencente ao magistério; ii) por professor primário extranumerário mensalista em exercício em alguma escola primária com direito a mais Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) por aula excedente às do horário normal; iii) por professor particular desde que autorizado pelo Departamento de Educação, com direito à subvenção per capita de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros). Esses cursos de alfabetização de adultos obedeciam ao mesmo regime das escolas subvencionadas pelo Estado (Decreto-Lei nº 522, de 4 de fevereiro de 1946).

A criação exclusiva de cursos para alfabetização de adultos em todos os municípios do Estado revela a definição e desenvolvimento de uma política pública em cooperação com o governo federal, para o segmento de adultos não escolarizados na idade própria ou com pouco domínio da leitura e da escrita relativo a sua cultura.

### *Interventoria de Ubaldo Bezerra de Melo*

O décimo Interventor Federal, funcionário dos Correios e Telégrafos, Diretor-Presidente do Banco do Rio Grande do Norte, empresário do ramo da indústria açucareira, o pernambucano Ubaldo Bezerra de Melo, foi Interventor Federal do Rio Grande do Norte por onze meses (13 fev. 1946 a 15 jan. 1947), nomeado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1951).



A expectativa política de “redemocratização” do país (término de uma fase de governo ditatorial e começo de outra fase de obediência às normas mínimas de uma democracia formal) trazia consigo a postulação da educação para todos como possibilidade de êxito da democracia formal no Brasil, bem como instrumento assegurador da igualdade de oportunidades.

Na permanência da direção do Departamento de Educação, o professor Severino Bezerra de Melo delineou um plano educacional razoável, para o governo de seu irmão Ubaldo Bezerra de Melo. No primeiro ano de governo (1946), com a amplitude do plano educacional, o Interventor Ubaldo Bezerra de Melo, a partir do plano educacional do seu governo, determinou a construção de oito (8) grupos escolares na capital Natal nos bairros Alecrim, Cidade Alta, Ponta Negra, Praia do Meio, Quintas, Redinha, Rocas e Tirol.

Nesse ano (1946), duas (2) escolas reunidas foram convertidas a grupos escolares nas cidades de Natal e de São Miguel, com as denominações de Augusto Barros e Padre Cosme. Levando efeito a expansão da escolarização primária, uma (1) escola de modalidade isolada foi transformada em duas (2) escolas reunidas na povoação de Sertãozinho, pertencente ao município de Canguaretama.

A partir do plano educacional delineado, o Diretor do Departamento de Educação, professor Severino Bezerra de Melo, ouvindo o Interventor, Ubaldo Bezerra de Melo, instituiu o Serviço de Assistência Dentária Escolar para atender aos alunos dos estabelecimentos de ensino primário da capital (Natal) subordinados ao Departamento de Educação. Para esse serviço de Assistência Dentária, foi destinado o crédito especial de Cr\$ 37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos cruzeiros) para compra dos equipamentos e materiais dentários odontológicos (Decreto-Lei nº 637, de 23 de novembro de 1946). A expansão da educação escolar primária por meio da edificação de mais grupos escolares na capital Natal foi a prioridade do governo

desse Interventor para a política de ampliação das oportunidades educacionais.

#### *Interventoria de Orestes da Rocha Lima*

O décimo primeiro e último Interventor Federal no Rio Grande do Norte, o General de Brigada do Exército, (norte-rio-grandense) Orestes da Rocha Lima, governou por seis meses (15 jan. 1947 a 31 jul. 1947), nomeado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1951).

A consolidação do regime republicano federativo dependia, portanto, da democratização da educação escolar para todos. O diretor do Departamento de Educação, o professor Severino Bezerra de Melo, pretendeu um plano educacional assentado no princípio de igualdade individual, princípio fundamental de uma democracia liberal. Assim, em cumprimento a esse plano educacional, foi instituída uma nova modalidade de escola – escolas reunidas do tipo rural.

Nesse ano de 1947, duas (2) escolas primárias dessa modalidade – escolas reunidas do tipo rural – foram instituídas em Ceará-Mirim (sede do município). Ademais, uma (1) escola isolada foi criada em um (1) sítio (Reforma) de um (1) município (Caicó). Por sua vez, transferiu uma (1) escola dessa modalidade isolada de um (1) sítio (São Paulo) para um (1) Páu Ferro possivelmente um sítio em um (1) município (Jardim do Seridó).

Para expandir a escolarização primária, o interventor Orestes da Rocha Lima autorizou a criação de quatorze (14) classes primárias em sete (7) grupos escolares nas duas principais cidades do Estado do Rio Grande do Norte (Natal e Mossoró). Portanto, no governo desse Interventor, foi instituída, pela primeira vez, a modalidade de escolas reunidas do tipo rural em uma cidade sede de município.

## Conclusões

A institucionalização de uma rede de escolas primárias urbanas e rurais em cidades, vilas, povoados, pequenos lugarejos, sítio e engenhos no Rio Grande do Norte nas modalidades grupos escolares, escolas reunidas, escolas reunidas do tipo rural, escolas isoladas e escolas rudimentares orientadas às crianças, jovens e adultos, foi levado a efeito de conformidade com o plano educacional de cada Interventor Federal no Estado no período de 1930 a 1947.

No dia 1º de outubro de 1930, o governador Juvenal Lamartine de Faria, em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, divulgou a quantidade de escolas primárias do Estado por modalidades: grupos escolares (21), escolas reunidas (31), escolas rudimentares (128) e escolas rudimentares noturnas para adultos (36). Nessas modalidades, o total de escolas primárias públicas era, então, de duzentos e dezesseis.

Nos governos dos Interventores Federais no Estado, com exceção do primeiro Interventor Irineu Joffili (1930) e do terceiro Interventor Herculino Cascardo (1932), portanto, na Interventoria Aluizio de Andrade Moura (1931), o plano educacional (coordenado pelo Diretor do Departamento de Educação, professor Severino Bezerra de Melo), incluiu a criação de doze escolas primárias de modalidade rudimentar em dez municípios, a maioria em quatorze povoações, bem como a transferência de três escolas da mesma modalidade (rudimentar) de povoação para povoação e de povoação para sítio em três municípios.

No governo do quarto Interventor, Bertino Dutra da Silva (1932-1933), o plano educacional (coordenado pelo Diretor do Departamento de Educação, professor Severino Bezerra de Melo) cumpriu a edificação de quatro escolas de modalidade rudimentar em uma cidade e em três povoações de quatro municípios. Por sua vez, previu a transferência de uma escola dessa mesma modalidade (rudimentar) de

povoação para uma cidade em um município, bem como a conversão de uma escola rudimentar mista em uma escola rudimentar feminina em uma povoação de um município.

No governo do quinto Interventor Mário Leopoldo Pereira Câmara (1933-1935), o plano educacional (coordenado pelo Diretor do Departamento de Educação, professor Amphiloquio Carlos Soares Camara), prevendo a ampliação das oportunidades educacionais para todos, ordenou a edificação de cinquenta e três escolas primárias de modalidades: grupo escolar, escolas reunidas e escola isolada, segundo o programa da Campanha Pró-Edificações Escolares conjugado com o programa da Campanha de Combate ao Analfabetismo. Os nove grupos escolares foram edificados em quatro cidades, duas vilas e duas povoações de oito municípios. As vinte e uma escolas reunidas foram construídas em três cidades e dezoito povoações de dezessete municípios. As vinte e três escolas isoladas foram edificadas em quinze povoações, cinco pequenos lugarejos, dois sítios e um engenho de quatorze municípios. Ainda onze escolas de modalidade isolada foram transferidas: dez de povoação para povoação e uma de cidade para povoação de oito municípios. Ademais, doze escolas de modalidade rudimentar foram convertidas em escolas de modalidade reunidas em duas cidades e em dez povoações de onze municípios.

Na administração do governador, posteriormente, o sexto interventor Rafael Fernandes Gurjão (1935-1943), o plano educacional (coordenado pelo primeiro e segundo Diretor do Departamento de Educação, professores Amâncio Ramalho Cavalcanti e Antônio Gomes da Rocha Fagundes, respectivamente) levou adiante a ampliação das oportunidades educacionais para todos, propondo a edificação de setenta escolas primárias de modalidade isolada e de modalidade isolada rudimentar. As setenta escolas de modalidade isoladas foram construídas em uma vila, dezenove povoações, dezesseis pequenos lugarejos, dezesseis sítios e um engenho em vinte e oito municípios. As

dez escolas de modalidade isolada rudimentar foram criadas em quatro povoações, dois pequenos lugarejos e dois sítios em oito municípios. Por conseguinte, nove escolas de modalidade isolada rudimentar foram transferidas para nove municípios, outras seis escolas de modalidade não especificadas foram transferidas para cinco municípios.

Vale acrescentar que noventa e uma escolas isoladas foram transferidas para todos os quarenta e dois municípios do Estado. Por outro lado, dez escolas primárias foram convertidas: cinco escolas reunidas convertidas em escolas isoladas em uma cidade, uma vila e duas povoações de quatro municípios; dois grupos escolares convertidos em escolas reunidas em uma cidade de um município; três escolas isoladas convertidas em reunidas em três cidades de três municípios.

No governo do sétimo Interventor Antônio Fernandes Dantas (1943-1945), o plano educacional (coordenado pelo Diretor do Departamento de Educação, o professor Severino Bezerra de Melo) incluiu, minimamente, a edificação de um grupo escolar em uma povoação de um município e a edificação de duas escolas isoladas em duas cidades de um município. Por sua vez, vinte e três escolas isoladas foram transferidas: duas de cidade para duas cidades, duas de povoação para duas cidades, uma de vila para um pequeno lugarejo, uma de povoação para uma povoação, três de povoação para três pequenos lugarejos, uma de pequeno lugarejo para um pequeno lugarejo, uma de pequeno lugarejo para um sítio, duas de sítio para duas cidades, duas de sítio para duas povoações, três de sítio para três pequenos lugarejos, quatro de sítio para quatro sítios e quatro de sítio para quatro pequenos lugarejos em vinte e três municípios. Ademais, uma escola de modalidade reunidas foi transferida de uma cidade para uma cidade em um município. E uma das escolas reunidas foi convertida em um grupo escolar de uma cidade de um município.

No breve governo do oitavo Interventor José Georgino Alves de Souza Avelino (1945), o plano educacional (coordenado pelo Diretor do Departamento de Educação, professor Severino Bezerra de Melo) não priorizou a política de expansão da educação primária para crianças, jovens e adulto. Nesse governo, o plano educacional incluiu, apenas, a conversão de uma escola de modalidade reunidas em um grupo escolar com um curso complementar em uma cidade de um município.

No governo do nono Interventor Miguel Seabra Fagundes (1945-1946), o plano educacional (coordenado pelo Diretor do Departamento de Educação, professor Severino Bezerra de Melo) priorizou a criação de cinquenta cursos para alfabetização de adultos nos quarenta e dois municípios do Estado.

No governo do décimo Interventor, Ubaldo Bezerra de Melo (1947), o plano educacional (coordenado pelo Diretor do Departamento de Educação, professor Severino Bezerra de Melo), em parte manteve a política de expansão escolar ordenando a construção de oito grupos escolares na capital Natal, além da conversão de duas escolas reunidas em grupos escolares em duas cidades de dois municípios e de uma escola isolada em duas escolas reunidas em um município.

No governo do décimo primeiro e último Interventor Orestes da Rocha Lima (1947), o plano educacional (coordenado pelo Diretor do Departamento de Educação, professor Severino Bezerra de Melo) instituiu a criação de uma nova modalidade de escola - escolas reunidas do tipo rural. Portanto, duas escolas reunidas do tipo rural foram criadas em uma cidade em um município. Além disso, uma escola de modalidade isolada foi criada em um sítio de um município e uma escola dessa modalidade isolada foi transferida de um sítio para a periferia da cidade em um município. Visando à expansão da escolarização primária para todas as crianças, quatorze classes

primárias foram criadas em sete grupos escolares de duas cidades em dois municípios.

Nesse período de cinco anos dos governos dos Interventores Federais no Estado (1930-1935), com exceção dos cursos primários de alfabetização de adultos, a quantidade de escolas primárias criadas por modalidade foi o seguinte: grupos escolares (9), escolas reunidas (22), escolas isoladas (23) e escolas rudimentares (16), totalizando, assim, sessenta (70).

No período de doze anos dos governos dos Interventores Federais no Estado (1935-1947), a quantidade de escolas primárias criadas por modalidade foi a seguinte: grupos escolares (9), escolas reunidas do tipo rural (2), escolas isoladas (73) e escolas rudimentares (10). Portanto, o total de escolas primárias públicas criadas foi de noventa e quatro (94) escolas primárias.

Em julho de 1947, quando do término do governo do último Interventor Orestes da Rocha Lima, a quantidade de escolas primárias públicas por modalidades atingia os seguintes valores: grupos escolares (39), escolas reunidas (54), escolas isoladas (292) e escolas rudimentares (190 e 33,9%). O total de escolas primárias públicas, em julho de 1947, era de quinhentos e setenta e cinco.

Comparando a quantidade de escolas por modalidades em 1º de outubro de 1930: grupos escolares (21 e 5%), escolas reunidas (31 e 7,5%), escolas isoladas (196 e 47,5%) e escolas rudimentares (164 e 39,8%), totalizando quatrocentas e doze escolas primárias — com a quantidade de escolas por modalidade em julho de 1947: grupos escolares (39 e 6,7%), escolas reunidas (54 e 9,3%), escolas isoladas (292 e 50,1%) e escolas rudimentares (190 e 33,9%), totalizando quinhentas e vinte e sete (527) escolas primárias.

Portanto, o crescimento da quantidade de escolas primárias na modalidade grupo escolar 7%, escolas reunidas 8,9%, escola isolada 13,5% e escola rudimentar 10,1% foi, respectivamente, de 39,5%.

Assim, aumentar as classes de aulas e os cursos complementares nos grupos escolares; converter as escolas rudimentares em escolas isoladas e conceder subvenções às escolas particulares, instituições sociais e religiosas, delineavam, pois, as estritas medidas intervencionistas da expansão das políticas públicas da educação escolar primária nacionalizada – por meio dela – a ampliação das oportunidades socioeducacionais.

A política de expansão da educação escolar primária priorizou tanto a transferência de escolas de lugares urbanos para lugares rurais quanto à criação de escolas isoladas em povoados, distritos, praias e sítios e nos alojamentos de Obras Contra as Secas do governo federal. A política de expansão da educação escolar primária articulada com a ampliação das oportunidades socioeducacionais, combinou esforços do aumento das verbas orçamentárias para reformar e construir prédios escolares, além de atualizar o material escolar e o mobiliário pedagógico.

Com a aprovação do Plano de Ensino Supletivo da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947-1963), foi criado, no governo de José Augusto Varela (1947-1951), o Serviço de Ensino Supletivo destinado a jovens e adultos trabalhadores (Lei nº 255, de 13 de dezembro de 1949). No entanto, desde 1946, os interventores federais no Estado Miguel Seabra Fagundes e Lélío Augusto da Câmara haviam autorizado a abertura de 50 (cinquenta) cursos de alfabetização de adultos (Decreto-Lei nº 522, de 4 de fevereiro de 1946), de escolas em quase todos os municípios do Estado ministrados por professor primário pertencente ao magistério e professor primário extranumerário mensalmente.

A história da institucionalização de uma rede de escolas primárias de modalidades grupo escolar, escolas reunidas, escolas reunidas do tipo rural, escolas isoladas e escolas rudimentares pelos onze Interventores Federais, no período de 1930 a 1947, abrangendo os



quarenta e dois municípios do Estado é, pois, a história da institucionalização das políticas públicas de educação dos governos federais, estaduais e municipais, permeada de muitas outras histórias da educação escolar primária no Rio Grande do Norte e no Brasil. Portanto, a institucionalização de uma rede de escolas primárias públicas que tinha como contraponto a ampliação das oportunidades educacionais para uma população escolar sempre crescente nas áreas urbanas, suburbanas e rurais – equivaleria, por um lado, à intenção de adaptação de crianças, jovens e adultos às mudanças sociais da vida coletiva, ainda, timidamente, pressentidas. Por outro lado, equivaleria àquele entendimento de Magalhães (1996) de que, subjacente às políticas públicas de educação primária, estariam sempre mudanças históricas mais amplas e, em constante, ampliação.

### Referências

BRASIL. Decreto nº 20.529, de 16 de outubro de 1931. **Institui o Serviço Nacional de Intercambio Bibliográfico e regula a sua execução.**

Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D20529.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D20529.htm)>  
 Acesso em: 16 jun. 2013.

CAMARA, Anfiloquio Carlos Soares. **Povoados do Rio Grande do Norte, em 1943 e populações urbanas e rurais.** Natal: Oficinas do D.E.I.P., 1944.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da terra:** geografia, história e toponímia do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

COSTA, Homero de Oliveira. **A Insurreição Comunista de 1935:** Natal – o primeiro ato da tragédia. São Paulo: Ensaio; Natal: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.

MAGALHÃES, Justino Pereira. Linhas de investigação em história da alfabetização em Portugal. Um domínio do conhecimento em renovação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 2, p. 42-60, maio/ago. 1996.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 22, de 27 de dezembro de 1930. Considera aprovados nos exames de promoção e finais todos os alunos das escolas e normais de Natal e Mossoró e dos cursos complementares do Estado que tenham obtido média não inferior a 4 e dá outras providências. **Decretos do Governo Revolucionário** (de 6 de outubro a 31 de dezembro de 1930). Natal: Imprensa Oficial, [1931].

\_\_\_\_\_. Decreto nº 168, de 30 de novembro de 1931. Estabelece o serviço de intercâmbio bibliográfico. **Atos Legislativos e Decretos do governo (1931)**. Natal: Imprensa Oficial, 1932.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 556, de 23 de dezembro de 1933. Abertura de escolas noturnas de Ensino Supletivo, no batalhão da Polícia Militar. **Atos Legislativos e Decretos do governo (1933)**. Natal: Imprensa Oficial, 1933.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 637, de 23 de novembro de 1946. Instituído o Serviço de Assistência Dentária Escolar. **Atos Legislativos e Decretos do governo (1946)**. Natal: Imprensa Oficial, 1946.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 522, de 4 de fevereiro de 1946. Autorizado a abertura de 50 (cinquenta) cursos de alfabetização de adultos. **Atos Legislativos e Decretos do governo (1946)**. Natal: Imprensa Oficial, 1946.

\_\_\_\_\_. Diretoria Geral de Estatística. Ensino primário estadual (grupos escolares). **Diário Oficial [do] Rio Grande do Norte**, Poder Executivo, Natal, RN, 13 jul. 1933. (Jornal A República).

\_\_\_\_\_. Ensino primário estadual (escolas reunidas). **Diário Oficial [do] Rio Grande do Norte**, Poder Executivo, Natal, RN, 15 jul. 1933. (Jornal A República).

\_\_\_\_\_. Ensino primário municipal. **Diário Oficial [do] Rio Grande do Norte**, Poder Executivo, Natal, RN, 29 jul. 1933. (Jornal A República).

\_\_\_\_\_. Ensino primário estadual (escolas particulares). **Diário Oficial [do] Rio Grande do Norte**, Poder Executivo, Natal, RN, 6 ago. 1933. (Jornal A República).

\_\_\_\_\_. **Exposição apresentada ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas – M. D. Presidente da Republica, pelo Interventor Federal no Rio Grande do Norte Mario Leopoldo Pereira da Camara**. Natal: Imprensa Oficial, 1935.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada pelo Presidente Juvenal Lamartine de Farias a Assembleia Legislativa em 1º de outubro 1930**. Natal: Imprensa Oficial, 1930.

TEXTO do convênio [celebrado entre a União, Distrito Federal, Estados e Territórios destinado a organizar e uniformizar as estatísticas educacionais]. In: CUNHA, Carlos Alberto Nóbrega da. **A revolução e a educação**. Brasília: Plano Editora, 2003.

LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte**: Acari, Angicos e Apodi. Mossoró: Boletim Bibliográfico, 1990. (Coleção Mossoroense, v. 594).

\_\_\_\_\_. **Municípios do Rio Grande do Norte:** Areia Branca, Arez, Assú e Augusto Severo. Mossoró: Boletim Bibliográfico, 1990. (Coleção Mossoroense, v. 595).

\_\_\_\_\_. **Municípios do Rio Grande do Norte:** Baixa Verde, Caicó, Canguaretama, e Caraúbas. Mossoró: Boletim Bibliográfico, 1990. (Coleção Mossoroense, v. 596).

\_\_\_\_\_. **Municípios do Rio Grande do Norte:** Ceará-Mirim e Currais Novos. Mossoró: Boletim Bibliográfico, 1990. (Coleção Mossoroense, v. 597).

\_\_\_\_\_. **Municípios do Rio Grande do Norte:** Flôres, Goianinha, Jardim do Seridó, Lajes e Luís Gomes. Mossoró: Boletim Bibliográfico, 1990. (Coleção Mossoroense, v. 598).

\_\_\_\_\_. **Municípios do Rio Grande do Norte:** Macaíba, Macau, Martins e Mossoró. Mossoró: Boletim Bibliográfico, 1990. (Coleção Mossoroense, v. 599).

\_\_\_\_\_. Lei nº 255, de 13 de dezembro de 1949. Insituído o Serviço de Ensino Supletivo destinado a jovens e adultos trabalhadores. **Atos Legislativos e Decretos do governo (1949)**. Natal: Imprensa Oficial, 1949.